

ACEITAÇÃO DOS USUÁRIOS QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS.¹

Morgana Schiavo², Stella Spanevello³, Jaqueline Dalpiaz⁴, Aniele Petri⁵, Karla Renata De Oliveira⁶, Christiane Colet⁷.

¹ Pesquisa Institucional Desenvolvida pelo Departamento de Ciências da Vida, pertencente ao de grupo de pesquisa epidemiologia e atenção à saúde da UNIJUI

² aluna do curso de graduação em farmácia da Unijui

³ aluna do curso de graduação em farmácia da unijui

⁴ aluna do curso de graduação em farmácia da Unijui

⁵ aluno do curso de graduação em farmácia da unijui

⁶ Professor mestre do Departamento de Ciências da Vida, orientador.

⁷ Professor mestre do Departamento de Ciências da Vida, orientador.

Introdução

Segundo Veiga et al (2005), a utilização de plantas com fins medicinais, para tratamento, cura e prevenção de doenças, é uma das mais antigas formas de prática medicinal da humanidade, baseada nos conhecimentos populares e transmitida entre as gerações. Apesar da grande evolução dos medicamentos sintéticos, ainda há muitas pessoas que buscam formas alternativas de tratamento, como o uso de plantas medicinais e a fitoterápicos. Estes produtos, para Schwambach (2007), são utilizados, muitas vezes, de forma incorreta, pela crença de sua inocuidade, contudo estes são constituídos por substâncias que podem proporcionar riscos toxicológicos.

Muitos estudos demonstram o interesse na ampliação de opções terapêuticas para os usuários dos serviços públicos de saúde no Brasil. Para Petry e Roman Júnior (2012), as plantas medicinais e fitoterápicos estão sendo utilizados como uma proposta terapêutica, com o propósito de valorização e preservação de conhecimentos tradicionais e do uso racional e adequado desta terapêutica. Diante isso, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS de 2006, buscou incorporar estas práticas na prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase para a Atenção Básica (BRASIL, 2006 a). Além desta, neste mesmo ano, foi criada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) com o objetivo de garantir à população o acesso mais seguro e o uso racional de plantas medicinais (BRASIL 2006 b).

Esse trabalho faz parte da pesquisa institucional intitulada “Avaliação do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no serviço público de saúde do município de Ijuí/RS”. E o objetivo desta pesquisa é analisar a aceitação dos usuários entrevistados na rede pública do município de Ijuí/RS, sobre oferta de plantas medicinais pelo SUS.

Metodologia



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

Foi realizado um estudo transversal com aplicação de questionário estruturado quantitativo aos usuários que buscam atendimento no Serviço Público de Saúde do município de Ijuí/RS. Os dados foram coletados no período de janeiro a agosto de 2012. Participaram do estudo, maiores de 18 anos, ambos os sexos, que procurarem o Serviço Público de Saúde do município no período da coleta de dados. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unijuí sob Parecer substanciado nº 031/2012.

Resultados e discussão

A amostra foi composta por 473 entrevistados, estratificada em 299, 100 e 74, atendidos na Unidade de Saúde 24h Unidade Básica do Meio Rural e Unidade Básica Fogliatto-Alvorada, respectivamente. Destes 87,31% eram do sexo feminino. O estudo de Petry e Roman Júnior (2012), realizado no município de Três Passos/RS, com 300 usuários do SUS, verificou que 90% dos entrevistados também eram do sexo feminino, confirmando que as mulheres buscam mais os serviços de saúde.

Em relação à faixa etária, aproximadamente, 45% tinham entre 40 e 59 anos, 24% entre 60 e 89 anos e 22% entre 18 e 39 anos. Idade superior a 40 anos foi também o encontrado no estudo supracitado no qual a média das idades dos entrevistados foi de 49,74 anos. Já em outro estudo, realizado em Catolé da Rocha/PB, a idade dos entrevistados foi entre 40 a 50 anos (18%) e de 51 a 61 anos (28%) (Suassuna, 2011), sendo a maioria entre a mesma faixa etária do nosso estudo.

Os entrevistados foram questionados sobre a dispensação e prescrição de planta medicinal na rede pública e 96,82% afirmaram que usariam, caso os mesmos fossem prescritos neste local. E ainda, 94,5% estariam dispostos a complementar seu tratamento medicamentoso com o uso de plantas medicinais. O que confirma também o estudo de Petry e Roman Junior (2012) que 95% dos entrevistados aceitariam receber um tratamento com plantas e fitoterápicos no SUS.

Além disso, 80% afirmaram acreditar que a cura seria mais rápida e com menos prejuízo para a saúde se fosse associado plantas medicinais no cuidado dos pacientes no SUS. Contudo, 32,76% dos entrevistados afirmaram ter preferência por um médico que receitasse, além dos medicamentos oferecidos pelo SUS, produtos a partir de plantas medicinais. Já 53,91% dos entrevistados relataram ser indiferente consultar com um médico clínico geral ou um com especialização em fitoterapia, ou que prescreva fitoterápicos e plantas medicinais.

Tomazzoni et al (2006), relataram em seu estudo que 100% dos usuários de uma Unidade Básica de Saúde no município de Cascavel/PR aceitariam utilizar plantas medicinais para o tratamento de suas enfermidades em substituição aos medicamentos alopáticos. Isso se deve ao fato desses, acreditam que as plantas têm poder de cura e menos efeitos adversos que medicamentos industrializados. Se comparado ao nosso ambos revelaram elevada aceitação, pois, no nosso caso, 96,82% aceitariam utilizar as plantas medicinais se fossem disponibilizadas pelo SUS.

Conclusões

As plantas medicinais estão cada vez mais sendo utilizadas pela população. Como a grande maioria dos entrevistados atribui eficácia às plantas, é necessário garantir segurança e eficácia do uso destas,



SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013
Ciência • Saúde • Esporte



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

além de promover seu acesso, sendo interessante o incentivo a pesquisa para qualificação dos profissionais nesta área.

Este estudo permitiu conhecer o perfil dos usuários que buscam tratamento de saúde em Ijuí/RS, e mostrou que o uso das plantas medicinais pode ser uma alternativa terapêutica para essa população. Diante disso, entende-se que seja possível a implantação de um programa de incentivo ao uso de plantas medicinais na rede básica de saúde do município. Inicialmente visando subsidiar as ações dos profissionais de saúde no que se refere a prescrição e dispensação dos produtos e de garantir a oferta de produtos com segurança e eficácia. Também são necessárias estratégias que garantam a utilização correta desses produtos pelos dos usuários, para tanto outras variáveis também devem ser estudadas.

Palavras-chaves: Fitoterapia; dispensação; planta medicinal; SUS.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Série B. Textos Básicos de Saúde, p.92, Brasília, 2006 a. Disponível em < <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf> > acesso dia 24-05-2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos (PNPMF). Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. Série B. Textos Básicos de Saúde, p.60, Brasília, 2006b. disponível em < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf > acessodia 24-05-2013.

PETRY, K. ; ROMAN JUNIOR, W. A. Viabilidade de implantação de fitoterápicos e plantas medicinais no Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Três Passos/RS. Rev. Brasileira de Farmacognosia v.93, n.1, p. 60-67, 2012.

SCHWAMBACH, K. H. Utilização de plantas medicinais e medicamentos no autocuidado no município de Teutônia, RS. Dissertação (mestrado). UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. Porto alegre: UFRGS, p.98, 2007.

SUASSUNA, J. M.. Uso de plantas medicinais pela população na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF). Trabalho de conclusão de curso pela Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. p. 55. 2011.

TOMAZZONI, I. M.; NEGRELLE, B. R.; CENTA, L. M.; Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. Rev. Contexto Enfermagem Florianópolis, vol. 15, n.1, p. 115-21, 2006.

VEIGA JUNIOR, V.F.; PINTO, A.C.; MACIEL, M. A. M. PLANTAS MEDICINAIS: Cura segura? Rev. Química Nova, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005.

